



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**EXPERIÊNCIAS COOPERATIVISTAS PRESENTES NA MICRORREGIÃO DE
PICOS/PI**

EXPERIENCES GIFTS COOPERATIVE IN THE MICRO PEAKS / PI

Bárbara Beatriz de Sousa

Graduanda em Administração
barbarabeatrizmh@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Vânia Marina dos Anjos Bezerra

Graduanda em Administração
leonelvania@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Douglas Moraes Bezerra

Mestre em Administração
moraesbd@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí – UFPI

PICOS - PI

2015

BÁRBARA BEATRIZ DE SOUSA
VÂNIA MARINA DOS ANJOS BEZERRA

**EXPERIÊNCIAS COOPERATIVISTAS PRSENTES NA MICRORREGIÃO DE
PICOS/PI**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Coordenação do Curso de Bacharelado em
Administração da Universidade Federal do
Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de
Barros, no período 2014.2 como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Orientadora: Prof. Msc. Douglas Mo
Bezerra

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S725e Sousa, Bárbara Beatriz de.
Experiências cooperativistas presentes na microrregião de Picos/PI / Elivânia Bárbara Beatriz de Sousa ; Vânia Marina dos Anjos Bezerra. – 2014.
CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (30 f.)

Monografia(Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.
Orientador(A): Prof.Ms. Douglas Moraes Bezerra

1. Cooperativismo. 2. Autogestão. 3. Economia Solidária.
I. Título.

CDD 658.047



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Bárbara Beatriz de Sousa e Vânia Marina dos Anjos Bezerra

**Experiências Cooperativistas Presentes na Microrregião de
Picos – PI**

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

() **Aprovado(a)**

(X) **Aprovado(a) com restrições**

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 21 de JANEIRO de 2019.

Prof. M.Sc. Douglas Moraes Bezerra
Orientador

Profa. M.Sc. Kary Emanuelle Reis Coimbra
Examinadora 1

Profa. Iael de Sousa
Examinadora 2

RESUMO

Atualmente as cooperativas têm ganhado um significativo espaço na economia e na sociedade, pois nem o Estado e nem o mercado conseguem atender às demandas da sociedade contemporânea. O cooperativismo é um movimento social que não possui uma definição clara e objetiva, uma vez que o seu desenvolvimento histórico deu origem a diferentes abordagens, que possibilitam uma análise diversificada sobre o tema. Nesse sentido o presente artigo tem como objetivo compreender como se caracterizam político e socialmente as experiências cooperativistas da microrregião de Picos-PI. Para isso, realizou-se um estudo de caso na microrregião de Picos e uma pesquisa descritiva exploratória. A análise levou em conta quatro categorias: a origem das experiências, a composição político-ideológico, a atual situação econômica e social e o grau de articulação entre as cooperativas da microrregião de Picos e destas com os demais movimentos sociais organizados da região. Com isso, esse estudo apresentou como principal conclusão que o cooperativismo em Picos se efetivou enquanto movimento a partir do estímulo do Estado, através das políticas do governo que incentivaram a participação dos produtores por meio de programas de financiamentos tendo pouca relação com os movimentos sociais organizados.

Palavras-chave: Cooperativismo. Autogestão. Economia Solidária

ABSTRACT

Currently cooperatives have gained a significant space in the economy and society, because neither the state nor the market can meet the demands of contemporary society. The cooperative is a social movement that has no clear and objective definition, since its historical development has resulted in different approaches that enable a diverse analysis of the topic. In this sense the present article aims to understand how to characterize political and socially cooperative experiences of micro- peaks - IP. For this, there was a case study in the micro peaks and a descriptive exploratory research. The analysis took into account four categories: the origin of the experiences, the political and ideological composition, the current economic and social situation and the degree of coordination between the micro cooperatives peaks and those with other social movements organized in the region. Thus, this study had as main conclusion that cooperative in peaks was effective as a movement from the state stimulus through government policies that encouraged the participation of producers through financing programs having little to do with organized social movements.

Keywords: Cooperatives. Self-management. Solidarity Economy.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as cooperativas têm ganhado um significativo espaço na economia e na sociedade, uma vez que nem o Estado e nem o mercado conseguem atender às demandas da sociedade contemporânea (LIMA, 2010).

O cooperativismo em sua essência se apresenta como um modelo alternativo ao sistema capitalista, configurando-se como um movimento social que busca uma alternativa a desigualdade social, assumindo uma identidade marcada por um horizonte de cooperação, constituindo-se através de uma lógica contrária daquela presente no sistema capitalista (RIOS, 1989; NAMORADO, 2009).

Contudo, é importante destacar que existem vários tipos de cooperativas classificadas a partir de diferentes ramos e com formas de produção diferenciadas. Desse modo, conforme aponta Rios (1989), as cooperativas podem ser chamadas de cooperativas de produção industrial, de produção agrícola, de serviços agrícolas, de consumo, de crédito e de pesca, contendo atividades e finalidades distintas.

Além desses diversos tipos de cooperativas, com o passar do tempo surgiram também algumas abordagens pelas quais se analisa o movimento cooperativista, tais como: a Rochdaleana, que não faz uma crítica ao sistema capitalista, mais busca reorganizar a sociedade e construir um modelo alternativo; a Marxista ou de transformação social, que tem como finalidade romper com o sistema capitalista e construir um novo modelo de estrutura social e econômica; e a Pragmática, que adota a prática de humanizar as relações de trabalho seguindo a prática do capitalismo (ZWICK; PEREIRA; TEIXEIRA, 2012).

Atualmente, dentro do contexto da Economia Solidária, o cooperativismo e as cooperativas funcionam procurando proporcionar apenas alternativas imediatas aos problemas sociais causados pelo sistema capitalista. Esta é denominada como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado para aqueles que se encontram marginalizados do mercado de trabalho, apresentando-se como um modelo capaz de superar a exploração social. Esta perspectiva se apoia no argumento de que o modelo socialista de sociedade faliu, portanto, deve-se ter no horizonte a tentativa de resolver os problemas imediatos das pessoas e não do rompimento dos padrões de relação existentes na sociedade capitalista (WELLEN, 2012).

No Brasil, a experiência cooperativista também surge de diferentes maneiras, tanto a partir de experiências promovidas pela classe dominante, que tem como característica marcante o conservadorismo diante das relações estruturais do sistema capitalista, quanto por meio das experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a utilizavam como principal ferramenta para o desenvolvimento dos assentamentos oriundos da reforma agrária, articulando a luta econômica e a luta política como uma forma de fortalecer o movimento (FARIA, M., 2011; RIOS, 1989).

Diante desta variedade de conceitos, tipos, experiências e origens do cooperativismo, tornam-se necessário aprofundar as reflexões sobre as principais características de cada caso a partir da compreensão dos elementos centrais das experiências práticas.

No caso em questão, é possível perceber a existência de cooperativas nesta região que não condizem com a proposta fundante do movimento cooperativista, e que nos leva a refletir que tipo de cooperativismo e quais características deste movimento predominam na microrregião de Picos (SILVA; BEZERRA; BEZERRA, 2013). Contudo, apesar da presença dessa lógica não condizente com a lógica fundante do cooperativismo, percebeu-se, a partir da experiência de uma das pesquisadoras em um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, no bairro Parque de Exposição, através do Programa de Educação Tutorial (PET), denominado Incubadora de Solidariedade, a existência de

algumas experiências que trazem princípios e valores ligados à essência do cooperativismo, o que nos leva a reflexão que estes não estão presentes no movimento cooperativista de maneira geral.

Diante então dessa diversidade de possibilidades e possíveis características existentes no movimento cooperativista, este artigo pretende compreender: **Como se caracteriza político e socialmente as experiências cooperativistas da microrregião de Picos?** Para tanto, torna-se necessário: identificar a origem, compreender a composição político-ideológico, identificar a atual situação econômica e social e entender o grau de articulação entre as cooperativas da microrregião de Picos e destas com os demais movimentos sociais organizados da região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperativismo: um conceito e muitos significados

As cooperativas são experiências provenientes do movimento cooperativista e podem ser denominadas como uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente que objetivam alcançar suas necessidades coletivamente, através de uma organização comum e democraticamente controlada, tendo como fator crucial e que o distingue dos outros tipos de organização o seu caráter emancipacionista e a construção do indivíduo no meio social e nas relações de trabalho (CRÚZIO, 1998; SILVA, 2012; SHNEIDER, 2012).

Nesse sentido, pode-se perceber que existem alguns autores que definem o cooperativismo como uma proposta de mudança social, outros partem de uma perspectiva diferenciada. Segundo Rios (1989) este representa um modelo alternativo e democrático de organização, tendo como pretensão a construção de outra estrutura social e econômica. Dentro do contexto da Economia Solidária, o cooperativismo tem sido bastante debatido como uma alternativa ao desemprego e à desigualdade, a partir da perspectiva de combate aos malefícios presentes na sociedade.

Contudo, conforme Namorado (2009), o cooperativismo designa um conjunto de cooperativas numa expectativa dinâmica, historicamente situada e encarada como um movimento social que assume uma identidade marcada por um horizonte de cooperação, refletindo numa lógica contrária à lógica lucrativista presente no sistema capitalista.

O cooperativismo compreendido a partir da lógica da Economia Solidária apresenta-se apenas como uma forma de combater os problemas causados pela lógica produtiva do sistema capitalista. Desse modo, essa prática passa a ser entendida como um movimento operário que representa uma alternativa de trabalho e renda, preocupando-se com a inserção da classe marginalizada no mercado de trabalho e promovendo uma luta contra a cultura individualista (MORAES et al., 2011).

Paralelo a este conceito, a economia solidária também representa um conjunto de atividades econômicas, de distribuição, consumo e crédito organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma autogestionárias (SENAES, 2006 apud WELLEN, 2012).

O cooperativismo é um movimento social que não possui uma definição clara e objetiva, uma vez que o seu desenvolvimento histórico deu origem a diferentes abordagens, que possibilitam uma análise diversificada sobre o tema como apontam Zwick, Pereira e Teixeira (2012).

Uma das abordagens identificadas neste estudo é a **Marxista ou de transformação social**, que parte do pressuposto de que as cooperativas e os resultados da produção devem ser socializados e distribuídos igualmente entre os envolvidos e que o trabalho nas cooperativas deve seguir o modelo da autogestão, extinguindo-se a figura do chefe e relacionando a atividade laboral à liberdade do trabalhador, rompendo com a ideia de propriedade individual e aderindo a propriedade coletiva (ZWICK, 2011; ZWICK; PEREIRA; TEIXEIRA, 2012).

O conceito de cooperativa dentro desta abordagem se aproxima ao regime da autogestão implicando na socialização e participação compartilhada do processo produtivo e dos seus resultados (ZWICK, 2011). Esse procedimento autogestionários nas cooperativas congrega a maior participação possível, no qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios de produção e estabelece os controles pertinentes sem referência a uma autoridade específica, ou seja, os trabalhadores possuem autonomia e liberdade para tomar as decisões necessárias dentro das cooperativas (CANÇADO, 2007 apud ZWICK, 2011).

Uma segunda abordagem, que difere da proposta fundante do cooperativismo é a **rochdaleana ou social-reformista**. Conforme Rios (1989), essa abordagem surge a partir da experiência de um grupo de trabalhadores no bairro de Rochdale formada por 28 tecelões que reunidos criaram uma cooperativa de consumo, no ano de 1844, na perspectiva de solucionar os problemas sociais. Nas palavras de Faria M., (2011), a inovação desta experiência encontra-se na elaboração de um conjunto de princípios cooperativistas até então dispersos, fornecendo a autenticidade socialista do empreendimento e sua viabilidade econômica.

Já Schneider (2012), explícita que os pioneiros de Rochdale são percebidos como fundadores das cooperativas, sendo assim considerados como o principal ponto de partida do cooperativismo moderno, pois essa experiência se deu mediante a situação de greve e de demissões em massa, em plena crise de desemprego dos trabalhadores nos anos 40.

Um fato a ser ressaltado nesta abordagem é a crítica feita por Marx pelo fato desta não promover uma mudança social, buscando apenas reduzir os problemas sociais fortalecendo a ideia adaptativa do sistema, no sentido de reorganizar a sociedade mediante a construção de um modelo alternativo ao capitalismo e assim, proporcionar melhores condições de vida para aqueles que se encontram em estado de marginalização (RIOS, 1989; ZWICK; PEREIRA; TEIXEIRA, 2012).

De acordo com Zaar (2013), essa abordagem parte de uma crítica direcionada à propriedade, a família e a religião como fatores alienantes do homem. Assim, a sua doutrina pretendia substituir o sistema capitalista por outro verdadeiramente humanizador baseado na cooperação, na educação e na melhoria das condições de vida dos trabalhadores. A autora acima mencionada, ainda considera que o paternalismo não é a solução para os problemas sociais e que deveria ser eliminado o lucro industrial e comercial, planejando a formação de cooperativas de produção e de consumo, nas quais os cidadãos mais pobres, organizados em aldeias, poderiam trabalhar comunitariamente e consumir fora do âmbito dos intermediários.

Outra abordagem que também se destaca é a **pragmática ou técnico-econômica**, caracterizada como a segunda tendência desenvolvida no Brasil e analisada segundo Zwick, Pereira e Teixeira (2012), como aquela que mais se aproxima da lógica capitalista e do modelo de organização, por ser uma forma clara de adaptação deste sistema, pois em vez de serem vistas como elementos de mudança social, as cooperativas desse perfil se tornam empresas que visam meramente à segurança econômica, visando ganhos e credibilidade financeira para seus associados (ZWICK, 2011).

A autora relata que esta abordagem constitui um meio para promover a modernização tecnológica, a integração agroindustrial e a redução dos custos operacionais dos produtores tendo como resultado esperado a elevação de seus rendimentos (PEREIRA, 2011 apud ZWICK, 2011). Nesse sentido conforme Silva (2012), as “cooperativas pragmáticas” têm sido fomentadas pelo empresariado brasileiro como forma de flexibilizar a força de

trabalho para redução dos custos, estimulando os trabalhadores a criar cooperativas para terceirizar parte da produção.

Essa flexibilização do trabalho se deu mediante a rigidez dos processos presente no taylorismo/ fordismo, desencadeando a substituição deste modelo por novos padrões de busca pela produtividade e diferentes formas de produção, objetivando atender um diferencial competitivo no mercado. Essa rigidez era caracterizada pela vulnerabilidade existente nos processos como a quebra de máquinas, paralisações, problemas no estoque, dentre outros (RODRIGUES, 2006; AMORIM, 2003).

Segundo Amorim (2003), a flexibilização tornou-se um critério importante na redefinição dos métodos de gestão e organização da produção e da força de trabalho e até na configuração de novas relações políticas e sociais. Logo, esse método e essas experiências não deixaram de manter o controle e o poder sobre os trabalhadores, pois passaram a exigir destes maiores qualificações e capacidades em realizarem diferentes tarefas.

De acordo com as análises pode-se perceber a heterogestão como o modelo que prevalece nesta abordagem, caracterizado pela hierarquia que pressupõe uma clara separação entre dirigentes e dirigidos, cristalizando o afastamento entre o dono dos meios de produção e o trabalhador, aquele que vende sua força de trabalho (ZWICK, 2011).

Com isso, observa-se que além da complexidade gerada através das diferentes abordagens na qual se analisa os diferentes significados acerca do cooperativismo, essa discussão se torna mais extensa quando se analisa os diferentes tipos de cooperativas que existem atualmente, conforme é demonstrado no Quadro 1.

QUADRO 1 – Tipos de cooperativas encontradas na literatura.

Autores	Tipos de cooperativas
RIOS (1989)	Cooperativa de produção Cooperativa de consumo Cooperativa de serviço Cooperativa de pesca Cooperativa de crédito.
CORDEIRO (2011)	Cooperativa de produção Cooperativa de serviço.
SILVA (2009)	Cooperativa de trabalho (produção) Cooperativa de consumo Cooperativa de crédito Cooperativa de comercialização (Serviço).
FARIA (2011); AZEVEDO, (2007) e SOUZA, (2008).	Cooperativa de produção

Fonte: Autoria própria.

Como se pode observar além da ramificação do movimento cooperativista nas três diferentes abordagens apresentadas por Alencar (1986 apud Zwick, 2011), os pesquisadores e a própria legislação subdividem as cooperativas de acordo com a natureza das atividades desenvolvidas, cada uma com suas especificidades.

As Cooperativas de produção industrial surgiram da vontade dos trabalhadores em livrar-se da exploração patronal, tornando-se seus próprios patrões e assumindo coletivamente a função de empresários. Esta propõe ao trabalhador a liberdade e a responsabilidade de organizar o trabalho, detectando que os mesmos são capazes de produzir e autogerir seu próprio negócio, de modo que não permaneçam obrigados a obedecer aos caprichos do capitalismo (RIOS, 1989; CORDEIRO, 2011; AZEVEDO, 2007; FARIA, M.,2011; SOUZA, 2008; SILVA, 2009).

Já as Cooperativas de produção agrícola se desenvolvem a partir da constituição de uma empresa de produção agrícola coletiva, onde a terra é cultivada em lotes individuais mais o benefício é direcionado para todos comunitariamente. Uma experiência que merece destaque dentro desse tipo de cooperativa é os Kibutz, designada como uma cooperativa de produção agrícola comunitária, onde a produção, a comercialização e vida social dos indivíduos são marcada por meio dos valores igualitários (RIOS, 1989; SILVA, 2009).

As Cooperativas de serviços agrícolas são caracterizadas como sendo as mais conhecidas no Brasil e no mundo pelo fato de comportar vários tipos de serviços como compras, crédito e comercialização. Estas têm como objetivo melhorar as condições do empreendimento e aumentar a renda de seus membros (RIOS, 1989; CORDEIRO, 2011; SILVA, 2009).

Por sua vez, a Cooperativa de consumo trata de uma associação de consumidores que criam uma empresa com a finalidade de lhes fornecer os produtos que necessitam, ou seja, busca facilitar a vida daqueles associados diretamente. Essas cooperativas perderam seu significado contestatório original e foram inteiramente organizadas por grandes empresários como serviços sociais (RIOS, 1989; SILVA, 2009).

Enquanto que as Cooperativas de pesca podem ser unifuncionais como polivalentes, isto é, tanto pode ser uma associação-empresa especializada prestando apenas um determinado tipo de serviço, como pode exercer diversas funções simultaneamente (RIOS 1989).

Por fim, nas Cooperativas de crédito, o crédito cooperativo pode ser realizado por associações de primeiro grau ou seções especializadas em cooperativas mistas e por meio de bancos, que recebem depósitos de seus associados como de terceiros e a partir desses recursos realizam empréstimos aos seus associados (RIOS, 1989; SILVA, 2009).

Contudo, apesar dessa diversidade de significados percebem-se alguns elementos centrais que caracterizam e unificam as experiências cooperativas: a propriedade cooperativa, a gestão cooperativa e a repartição cooperativa. Como também, os princípios, valores e a própria origem dessas diversas experiências.

A **propriedade cooperativa** é considerada uma associação de pessoas e não de capital, isto é, a propriedade é atribuída aos associados de modo que o envolvimento e as relações de produção entre eles ocorrem de forma cooperada e democrática. Essa reação se deu mediante os problemas causados pela burguesia, com o objetivo de acabar com a propriedade privada e com os efeitos causados por esta nas relações de produção e na sociedade em geral (RIOS, 1989).

Nesse sentido, a burguesia desempenhou na história da humanidade um papel eminentemente revolucionário, desencadeando uma série de revoluções no meio social, fazendo da dignidade pessoal e do proletariado um simples valor de troca, tendo como condição essencial de existência a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, atribuindo a estes o crescimento do capital e a desigualdade de classe (MARX; ENGELS, 2003).

Portanto, a classe operária (proletariado) não tem como apoderar-se das forças produtivas senão abolindo o modo de apropriação atribuída ao trabalho humano e aos meios de produção implantada pela burguesia. Entretanto, sua missão social é destruir a propriedade privada imposta pela classe dominante, tendo como saída mais propícia a construção de associações, sindicatos e cooperativas e assim, atuarem em conjunto na defesa pelos seus direitos, de modo que a sociedade não irá existir sob o domínio da burguesia (MARX; ENGELS, 2003).

Nesse sentido a cooperação representa o ato de atuar simultaneamente, de colaborar e trabalhar em conjunto, de forma que os trabalhadores sejam possuidores das suas condições de trabalho. Ainda conforme os autores, a cooperação indica a ação coletiva de indivíduos

com o intuito de partilhar de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social (JESUS; TIRIBA, 2009).

A **gestão cooperativa** representa o poder de decisão dentro da cooperativa, ou seja, a deliberação é de competência de toda a assembleia, de modo que todos os associados tenham autonomia e liberdade na tomada de decisão e no processo produtivo. Assim, é importante destacar que essa característica segue o modelo da autogestão (RIOS, 1989).

A autogestão foi introduzida como conceito, na década de 1950, pelo partido comunista iugoslavo, e esperava modernizar o sistema econômico do País, atraindo a participação dos cidadãos denominada como um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta e a participação coletiva e igualitária de todos os membros, objetivando então, a proposta de uma nova estrutura de produção, fundamentando-se em duas premissas: a gestão democrática e a posse sobre o trabalho realizado (MOTHÉ, 2009; CARNEIRO, 1983 apud BAPTISTA, 2012).

A autogestão tem como características principais: a participação democrática dos membros, a organização do trabalho, a participação baseada no princípio da igualdade e na liberdade de cada um, de modo que os associados deixam de ser dirigidos e passam a ser dirigentes. Esta também sintetiza os princípios e as características do cooperativismo expressas desde seus precursores e pensadores utópicos (BAPTISTA, 2012).

Desse modo, esse modelo surge em contraposição ao modelo de gestão tradicionalmente encontrado nas organizações, baseando-se na justiça e na democracia, partindo da perspectiva que todos os indivíduos que compõe a organização possuem a mesma capacidade de desempenho e o mesmo poder de decisão.

Esse modelo tradicional, caracterizado como sendo o mais utilizado no contexto atual e implementado de forma contrária ao modelo de autogestão, utiliza-se da autoridade hierárquica para explorar o trabalho humano. A este modelo de gestão, baseado no autoritarismo organizacional segundo Faria (2007), dá-se o nome de gestão autoritária.

Os sistemas organizacionais autoritários fundados na repressão são legitimados pela ideologia da organização ou da elite dirigente, se apresenta de forma manipuladora e sabe programar as atividades adotando ações corretivas e colocando-se numa posição perversa, atribuindo ao trabalhador falta de liberdade e de participação nas decisões, como também espaço para criatividade (FARIA, 2007).

Neste modelo de gestão como aponta Faria (2007), o trabalhador é tratado como um objeto manipulável ou um instrumento descartável que pode ser substituído facilmente e a organização visa apenas à produção do serviço de qualquer maneira, priorizando o resultado em detrimento das pessoas, não dando nenhuma importância para o conhecimento dos trabalhadores em relação ao processo produtivo.

Assim, a gestão autoritária também considerada como heterogestão se consolida como um modelo essencial da empresa capitalista por atuar nas diferentes partes isoladas do processo de trabalho, focando no fluxo dos processos e na garantia do ganho financeiro obtida pela precisão da atividade econômica. Assim, tais efeitos representam a perda da autonomia por parte do trabalhador sobre o trabalho realizado, refletindo na mesma lógica mercadológica (VIZEU, 2010 apud BAPTISTA, 2012).

Nesse contexto, apesar dessa realidade, pode-se perceber uma mudança nesse modelo de gestão, pois a partir da década de 80 as organizações desenvolveram um método de flexibilização de trabalho, buscando alternativas viáveis para uma produção de baixo custo e maior produtividade, baseando-se na filosofia da Qualidade Total, através do modelo Toyotista de produção, inspirado na experiência da Volvo. Esta tornou-se a primeira experiência relevante em relação às práticas organizacionais de “valorização do sujeito trabalhador”, uma vez que foi a pioneira na utilização das equipes de trabalho autogeridas e semi-autônomas, destacando a participação dos trabalhadores nos processos da empresa tendo

consigo o dever de conhecer todo o processo produtivo, fazendo-se presente o modelo de gestão participativa (SOUZA, s.d apud PAIVA; BORGES; BEZERRA,2013).

A **repartição cooperativa** é a maneira como é feita a distribuição das sobras financeiras ou líquidas entre os associados ao final de cada ano e após todas as despesas quitadas. Essa distribuição é originária do trabalho direto dos próprios associados, ou seja, todos eles trabalham coletivamente atuando nas diferentes atividades e fazem a distribuição igualmente das sobras obtidas (RIOS, 1989).

Conforme Rios (1989), a repartição do lucro existente na sociedade cooperativa difere significativamente na empresa capitalista, pois esta se apropria do trabalho humano de modo que o lucro é extraído da força de trabalho de cada empregado.

Nesse sentido, Faria (2011), discute o processo de trabalho na empresa capitalista, tendo como finalidade resultante do processo de produção a geração e apropriação do valor excedente, considerado por Marx de mais-valia, refletindo no valor que o operário cria além daquele correspondente a sua força de trabalho, constituindo-se na fonte de lucro e de recursos para a empresa.

Contudo, podem-se citar duas maneiras em que o capitalista (empresário) obtém a mais-valia: prolongando a jornada de trabalho e aumentando a produtividade de trabalho. A primeira retrata a super exploração do operário originando-se no aumento e no rendimento do capital da empresa. A segunda alternativa refere-se à implantação de máquinas e equipamentos ao processo produtivo como uma forma de agilizar o trabalho, fazendo com que o operário produza em mais quantidade do que utilizando apenas a mão-de-obra (FARIA, 2011).

Mais dois elementos característicos que merecem destaque nesse debate sobre o movimento cooperativista, são os valores e princípios. Os **valores** são considerados ideias que representam diretrizes essenciais ao processo da cooperação, de modo que dão origem aos **princípios**, que por sua vez representam linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática seus valores (SCHNEIDER, 2012; MEINEM, 2012).

Conforme Schneider (2012) e Meinem (2012) podem-se observar uma variedade de valores e princípios cooperativistas. Em relação aos valores, tem-se a solidariedade, liberdade, democracia, equidade, igualdade, responsabilidade, honestidade, transparência, ajuda-mútua, justiça nas normas, promoção humana, educação cooperativa e responsabilidade socioambiental e quanto aos princípios, destaca-se: a adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

No que se refere às origens do movimento cooperativista, apesar das diferentes abordagens encontradas e dos diferentes tipos de cooperativas, todas elas se relacionam com as experiências desenvolvidas pelos utópicos durante o século XIX.

Contudo, a partir das experiências dos utópicos constatou-se que apesar do capitalismo ter trazido disfunções de ordem social e econômica, o seu surgimento trouxe consigo a constituição de novos regimes, como o liberalismo econômico e a liberdade do trabalho e das associações, fatores estes que juntos ofereceram as condições necessárias para a criação das cooperativas de diferentes espécies (MLADENATZ, 2003 apud ZWICK, 2011).

Assim, conforme aponta Zwick (2011), a cooperativa moderna presente no contexto atual, se originou de três fatores que abrange a categoria dos trabalhadores: a classe operária industrial, a classe média das cidades e a massa dos pequenos agricultores, sendo estes os fatores que irão desenvolver o cooperativismo nas três abordagens já estudadas neste ensaio.

2.2 Histórico do cooperativismo: Brasil e Nordeste

O cooperativismo no Brasil teve seu surgimento já no século XIX, trazido pelos imigrantes europeus, adotando, principalmente, a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo. Entretanto, segundo os dados apresentados pela Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (COOPESP), a história do cooperativismo no Brasil teve início no ano de 1847, com a contribuição do médico francês Jean Maurice Faivre, fundador da colônia Tereza Cristina localizada nos sertões do Paraná (SINGER, 2002 apud SILVA, 2012).

A intervenção do Estado foi uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo cooperativismo, uma vez que o transformou num dos seus instrumentos para a promoção do desenvolvimento econômico e capitalista do País. Contudo, essa trajetória só começou a ser superada a partir da década de 1970, com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), denominada como sendo uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa e nasceu com a tarefa de organizar o Cooperativismo em todo território nacional (OCB, 2004).

Conforme Rios (1989), o cooperativismo no Brasil surgiu a partir de experiências agroexportadoras de caráter rural com ênfase na promoção das elites acabando por tornar-se uma prática conservadora, atendendo aos interesses da classe dominante.

Um dos primeiros dados históricos acerca do Cooperativismo brasileiro se refere à constituição das primeiras reduções jesuíticas sob a influência da igreja em algumas regiões específicas. Foi constatado que em 1610, formaram estados cooperativos integrais, onde as necessidades eram atendidas de forma grupal, formando uma sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo e baseada na catequese divina (LUIS FILHO, 1961 apud SILVA, 2009).

Outra experiência da Igreja, que influenciou o movimento cooperativista no Brasil foi à luta pela reforma agrária defendida pela “Pastoral da terra”, um setor da Igreja Católica que defende a comunidade por meios práticos (RIOS, 1989).

Segundo Faria, (2011), as primeiras experiências cooperativistas que se apresentaram no Brasil foram às associações dos trabalhadores voltadas para a produção, surgido em meados do século XIX, em território catarinense e na Colônia Cecília do Paraná, a partir de inspirações fourierista ou anarquista, destacando os Falanstérios do Saí e o do Palmital. Os Falanstérios constituem-se numa sociedade alternativa formada de fazendas com produção agrícola cooperativa, inspiradas nos ideais do francês François Marie Charles Fourier.

Abrantes (2004 apud SILVA, 2009), na tentativa de compreender a história do movimento cooperativista brasileiro o subdivide em cinco momentos distintos como forma de compreender melhor as particularidades presentes em cada período.

A primeira delas, a fase introdutória, vai até 1907 quando surge a primeira lei sobre o cooperativismo. Já a segunda, compreende o período entre 1907 e 1926, quando surgem as primeiras portarias, decretos e leis voltados apenas para as cooperativas de crédito, prevalecendo o sindicalismo – cooperativismo. A terceira abrange o período de 1926 e 1964, e caracteriza-se pela desvinculação das cooperativas dos sindicatos através de leis específicas (ABRANTES, 2004 apud SILVA, 2009).

A quarta fase da história do Cooperativismo envolve o período de 1964 e 1988, quando sob a influência da ditadura militar esse movimento foi controlado pelo governo federal, sofrendo sérias advertências, de modo que ainda dentro desse período em 1971 foi promulgada a lei que rege as cooperativas brasileiras, encontrando-se em vigor até hoje. Enquanto que a quinta fase se deu a partir de 1988, com a divulgação da nova Constituição Brasileira, conferindo maiores liberdades para as associações e seus membros. Como aponta Faria M., (2011), esta etapa também se caracterizou pela reabertura de fábricas falidas sob

controle cooperativo como forma de reduzir o desemprego decorrente das mudanças estruturais ocorridas na economia mundial (ABRANTES, 2004 apud SILVA, 2009).

Percebe-se que o movimento cooperativista no Brasil é compreendido por várias perspectivas, tendo cada uma suas especificidades. Contudo, a partir das discussões apontadas acima, nota-se, que desde o seu início o cooperativismo no Brasil não se caracterizou por um rompimento mais profundo com o sistema capitalista (RIOS, 1989). Uma das explicações para isso pode ser encontrada na localização econômica do Brasil em relação ao sistema econômico mundial, que o impossibilita de desenvolver suas estruturas produtivas e como consequência o amadurecimento das classes sociais (proletariado e burguesia). Esse argumento está pautado na análise de Engels (1880) sobre as limitações das análises dos socialistas utópicos, atribuindo a elas o fato de não estarem maduras ainda as estruturas capitalistas de produção e nem os antagonismos entre burguesia e classe trabalhadora.

Apesar de não apresentar como característica importante a defesa de uma ruptura com a lógica social vigente, o cooperativismo brasileiro também está constituído de experiências que se colocaram em uma postura ofensiva ao padrão vigente, mas que por diversas questões não avançaram, como por exemplo, o caso das ligas camponesas, como aponta Rios (1989) e o caso das experiências nos quilombos no período do Brasil Império. Contudo, atualmente, o cooperativismo no Brasil vem sendo majoritariamente fomentado e desenvolvido por instituições que possuem um histórico de luta em defesa da ruptura com a lógica de produção capitalista.

Uma delas é a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG, uma associação que foi fundada em 1994 com o objetivo de fomentar a construção de cooperativas da recuperação de empresas falidas no Brasil. Esta é pioneira no cooperativismo originário de empresas recuperadas. A sua consolidação se deu mediante a experiência dos trabalhadores da Makerly, que com o propósito de manter os postos de trabalho, recuperaram a empresa falida na forma de uma cooperativa (SILVA, 2012; FARIA, M., 2011).

Segundo Faria M., (2011), a importância da ANTEAG se localiza no fato de que ela favorece a autogestão e a participação dos trabalhadores na gestão do processo de trabalho, possibilitando aos mesmos o direito de controlar os meios de produção. Para a ANTEAG, a autogestão não constitui uma alternativa à crise de empregabilidade, mas sim como “um projeto de sociedade”, uma vez que não se limita a inovações nas atividades e formas de relacionamento no interior da empresa autogerida, mas se estenderia a novas formas de relação com a comunidade e com outras empresas dentro da proposta de economia solidária (SILVA, 2012).

Outro agente que tem atuado no fomento à recuperação de empresas falidas sob a forma de organizações autogestionárias e na formação de cooperativas populares é a Central Única dos Trabalhadores - CUT. Esta vem formulando propostas estratégicas de desenvolvimento das cooperativas como instrumentos de organização, de produção e de luta, por parte da classe trabalhadora (SILVA, 2012; FARIA M., 2011).

Um passo importante da CUT foi à criação da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, que é uma associação civil sem fins lucrativos, onde tem por missão promover o fortalecimento e a articulação dos empreendimentos autogestionários como meio propício para geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores (SILVA, 2012; FARIA, M., 2011).

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP é um dos principais agentes que tem contribuído para o fortalecimento deste movimento. Sendo considerada uma instituição privada sem fins lucrativos que tem por objetivos organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e o monitoramento das cooperativas em todo o território nacional (SESCOOP, 2004).

Outro agente que, mais especificamente também teve uma importância significativa no desenvolvimento do cooperativismo agrícola brasileiro foi o Movimento Sem Terra - MST (2011). A sua atuação tinha como objetivo uma estratégia de luta e de organização, o que o diferencia do cooperativismo tradicional sem, contudo, descuidar-se da eficiência econômica, uma vez que essas ações devem contribuir para a estruturação e sustentação do movimento.

Conforme Silva (2012) e Faria, M., (2011) o desempenho do (MST) é direcionado para a implantação de cooperativas agrícolas, como principal ferramenta para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, articulando a luta econômica e a luta política como atribuições para prosseguir e, assim atuar, seguindo um novo modelo de sociedade.

2.2.1 Cooperativismo no Nordeste

Segundo Rios (1989), as cooperativas nordestinas, especialmente as rurais, estão organizadas segundo uma estrutura de classes, pois a maioria dos produtos comercializados são aqueles ligados, sobretudo aos grandes proprietários. Com isso, o cooperativismo rural nordestino tem se apresentado mais como um instrumento de controle do que uma proposta de mudança social, constituindo-se como um modelo elitista e concentrador de renda e de terras.

Nesta perspectiva, pode-se citar o exemplo da promoção de cooperativas de beneficiamento e comercialização do algodão no Estado da Paraíba na década de 70, onde a sua atuação teve como beneficiário principal os grandes proprietários, apropriando-se dos lucros obtidos pela comercialização e conseqüentemente da mão-de-obra utilizada pelo pequeno proprietário (RIOS, 1989).

Contudo, existem também no Nordeste experiências que retratam o cooperativismo como um movimento social, como o caso das roças comunitárias presentes no Piauí no ano de 1971; em Tefé na década de 1960 e na Bahia já nos anos 1980, onde os índios – camponeses Kirii também se organizavam nas roças comunitárias, sendo que a produção dessas roças era dividida entre todas as famílias que participavam do processo de trabalho (RIOS, 1989).

Segundo Oliveira (2011) e Rios (1989), o Estado tem uma importância significativa nessa desvirtuação do movimento cooperativista incentivando a criação de associações e cooperativas com um objetivo diferenciado do real sentido cooperativista, apenas como forma de inibir os movimentos agrários nessas comunidades, sem a preocupação de implantar um modelo de reestruturação, que favoreça todas as classes.

Apesar dessas dificuldades, assim como nos demais estados do Nordeste, no Piauí é possível encontrar uma quantidade significativa de cooperativas, principalmente, na região de Picos. Segundo dados da SESCOOP (2004), o cooperativismo piauiense teve início em 1925, na cidade de Corrente, localizada na região sul do Estado, porém, a experiência não foi bem sucedida porque conflitos ocorridos naquela região impossibilitaram a expansão do movimento.

Posteriormente, no dia 29 de junho de 1945, foi criada a primeira cooperativa piauiense, denominada Cooperativa Agropecuária de David Caldas, tendo como área de atuação os municípios de União e Teresina, onde mantinha uma fábrica de ração para aves e posto de revenda. A partir da década de 1960, houve uma proliferação de cooperativas, tendo naquela época, como uma das mais importantes a Cooperativa Agrícola de Sussuapara - COMASUL, localizada na região sul do estado, no município de Picos, fundada em 24 de Abril de 1969 (SESCOOP, 2004).

Conforme os dados da SESCOOP (2004), algumas dificuldades foram surgindo, sendo que estas se apresentavam a partir da fragilidade provocada pela falta de

conscientização quanto aos princípios do cooperativismo, a precária assistência técnica e a pouca integração com os órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento do sistema, porém essas limitações acabaram não proporcionando um desenvolvimento consistente do cooperativismo no Estado do Piauí.

Diante dessas dificuldades apresentadas, em 1971, com a homologação da Lei que delimitava a Política Nacional do Cooperativismo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA desencadeou uma operação de saneamento no estado e em 1974 foram fechadas no estado 36 cooperativas, restando apenas 19 (SESCOOP, 2004).

Um agente de grande importância para o cooperativismo Piauiense é a Organização das Cooperativas do Estado do Piauí (OCEPI), que foi criada no dia 18 de junho de 1976, passando a representar efetivamente o Sistema Cooperativista Piauiense para a criação e registro de cooperativas singulares, centrais e federações, visando manter a neutralidade política e integrar todos os ramos das atividades cooperativas (SESCOOP, 2004).

O cooperativismo Piauiense atualmente se caracteriza pela existência de 109 cooperativas registradas à (OCEPI) e distribuídas em oito ramos: Agropecuário, Educacional, Infraestrutura, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte e Crédito. De acordo com os dados da SESCOOP (2004), o ramo agropecuário representou quase que a totalidade do Cooperativismo piauiense ao longo de suas primeiras décadas.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender como se caracterizam político e socialmente as experiências cooperativistas da microrregião de Picos, nesta seção serão abordados os principais métodos e procedimentos técnicos utilizados na investigação deste problema.

Quanto a sua classificação, conforme aponta Vergara (2007), uma pesquisa pode ser caracterizada quanto aos meios e quanto aos fins. Quanto aos fins, o presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória de abordagem qualitativa. Assim, para melhor compreender o fenômeno estudado nesta pesquisa, a abordagem de análise utilizada será qualitativa, pois nas palavras de Richardson (2012) é caracterizada partindo da tentativa de compreender detalhadamente os significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados.

Já Segundo Gil (2012) é considerada descritiva, por expor a descrição das características de determinada população ou fenômeno, não tendo consigo o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, contribuindo apenas como base para a explicação do fenômeno em estudo (VERGARA, 2007).

É uma pesquisa exploratória, tendo como principal finalidade, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, apresentando a formulação de problemas mais precisos ou hipótese pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2012).

Quanto aos meios, esta pesquisa utilizou-se do estudo de caso como método de investigação, o caso da microrregião de Picos, uma vez que se reflete em um profundo e exaustivo estudo, de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (GIL, 2012). Este método segundo Vergara (2007), pode ou não ser realizado no campo, o que não se introduz ao caso em questão, uma vez que este foi realizado em campo utilizando-se da técnica de entrevistas semiestruturadas.

A entrevista semiestruturada também chamada de despadroneada é considerada livre, pois parte do pressuposto em que entrevistado tenha a liberdade para se expressar permitindo ao entrevistador a autonomia para desenvolver a situação, possibilitando que este possa explorar mais amplamente a questão a ser analisada (MARCONI; LAKATOS, 2011). O

roteiro da entrevista foi elaborado tomando por base os objetivos desta pesquisa, como uma forma de compreender o problema em questão.

Na execução da coleta e com o objetivo de obter dados relevantes para contemplar os objetivos desta pesquisa, foram realizados nove entrevistas com representantes de entidades e cooperativas que compõem a microrregião de Picos. Assim, foram entrevistados: o Presidente da Central de Cooperativas – Casa Apis/ MELCOOP; o Fundador da COMAVEG - Cooperativa Mista Agroindustrial Vale do Guaribas; o Padre e Pároco da Diocese de Picos; um dos membros da Coordenação Nacional de Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Picos-PI; o Presidente da COMASUL - Cooperativa Mista Agrícola de Sussuapara; o Engenheiro agrônomo e consultor do SEBRAE; o Assessor Técnico da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Picos-PI e o Atuante da Cáritas de Picos-PI. Ambos os entrevistados, estão nomeados a partir da seguinte forma: Entrevistado A, B, C, D, E, F, G e H não obedecendo à ordem lógica do alfabeto.

As entrevistas foram realizadas por meio de gravação eletrônica, pois conforme aponta Gil (2012) o método mencionado é o melhor modo de se utilizar, por preservar o conteúdo da entrevista. Estas ocorreram no local de trabalho de cada entrevistado, na cooperativa ou na instituição, como também na residência domiciliar de alguns deles, segundo agendamento prévio.

Contudo, para o entendimento e interpretação dos dados foram definidas quatro categorias de análise provenientes dos objetivos deste estudo, sendo elas: a origem das experiências cooperativistas em Picos; composição político-ideológica das experiências cooperativistas na microrregião de Picos; situação econômica e social das experiências cooperativistas da microrregião de Picos e o grau de articulação entre as cooperativas e os movimentos sociais presentes na microrregião de Picos-PI.

Nesse sentido, para a compreensão e apresentação dos resultados elaborou-se um confronto das informações obtidas por meio do conteúdo abordado no decorrer do texto, especificamente aquele que mais se aproximava com a categoria em análise. Esse processo segundo Gil (2012) representa o estudo aprofundado por parte do pesquisador para melhor interpretar os resultados, pois a interpretação apenas dos dados obtidos não é suficiente para a formulação da análise de forma coerente.

4 O CASO: COOPERATIVISMO NA MICRORREGIÃO DE PICOS

O movimento cooperativista em Picos e na sua microrregião apesar de conservar algumas peculiaridades, se aproxima de forma significativa ao cooperativismo brasileiro, que nas palavras de Rios (1989), bem como discutido anteriormente possui como característica central a promoção das elites, uma vez que o seu surgimento se deu a partir de experiências agroexportadoras de caráter rural com ênfase nos interesses da classe dominante.

Contudo, conforme aponta Rios (1989) e Souza (2009), existem diversos tipos de cooperativas situadas no Brasil, como cooperativas de produção, consumo, serviço e pesca funcionando como reflexo do movimento cooperativista. Entretanto, para refletir melhor sobre as experiências cooperativistas presentes no Brasil e inclusive em Picos, é preciso discutir cada uma das categorias construídas e analisadas nesta pesquisa.

4.1 Origem das experiências cooperativistas na microrregião de Picos

O movimento cooperativista brasileiro se desenvolveu na perspectiva de promover a classe dominante, não levando em conta os interesses da classe trabalhadora, responsável pelo processo produtivo nas cooperativas, uma vez que a relação desta com os produtores e associados é justamente atender e corresponder aos seus interesses tanto no aspecto econômico como social (RIOS, 1989; SHNEIDER, 2012).

Assim, como ao redor do mundo, na cidade de Picos não é diferente, pois apesar das particularidades existentes a sua consolidação enquanto movimento está relacionado à associação de pequenos agricultores para conseguir uma vantagem competitiva de mercado, a partir da ação do Estado em estimular a criação de cooperativas na região, através de uma política do Banco do Nordeste por meio de uma linha de financiamentos que libera recursos para produtores rurais organizados em cooperativas, conforme mostra o trecho a seguir:

O que me incentivou a criar à Cooperativa Mista Agroindustrial Vale do Guaribas - COMAVEG, foi exatamente na época parte dos produtores da nossa região não tinham acesso a um banco pra tirar um empréstimo individual, então criamos uma cooperativa produzindo em grupo ficava mais fácil pegar dinheiro, e outra que nós não tínhamos acesso a outras cooperativas que já existiam porque na época existia uma cooperativa chamada COMASUL, quem era associado tinha acesso a ela quem não era não tinha acesso, na época tinha um programa PCPR que financiava a produção, só quem era associado (Entrevistado E).

A partir dessa fala, pode-se confirmar que o cooperativismo em Picos está relacionado a dificuldade encontrada por parte dos produtores em conseguir desenvolver suas atividades e os seus produtos como também a impossibilidade de criar um crédito, uma vez que só tinha acesso quem estava associado a alguma cooperativa. Porém naquela época só existia a COMASUL uma única cooperativa, que tinha como finalidade proporcionar qualidade de vida aos seus associados, mais não tinha como atender toda a demanda da região.

Nesse sentido, diante dessa situação econômica presente na região de Picos surgiu à necessidade por parte dos produtores de pensar em novas cooperativas e com isso desenvolver suas atividades, facilitando a obtenção de crédito por meio dos programas disponibilizados através de incentivos do governo. Essa realidade aproxima-se da influencia do credito cooperativo, pois conforme os autores este crédito pode ser realizado através de associações, de cooperativas e por meio de bancos, tendo como finalidade a realização de empréstimos aos seus associados buscando facilitar a produção coletiva (RIOS, 1989; SILVA, 2009).

O Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) é viabilizado através da parceria entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, atuando no financiamento de projetos comunitários. É operacionalizado através da parceria entre Governo Estadual e sociedade civil, representada por entidades de representação política das comunidades rurais, porém para utilizar seus recursos à comunidade interessada deve se organizar e criar uma associação caso ainda não possua vínculo (FREITAS; FREITAS, 2011).

Pode-se notar esse mesmo argumento, referente ao estímulo do cooperativismo em Picos, no sentido de obter financiamento do Banco e assim desenvolver suas atividades, a partir da seguinte fala:

Em 1995 o banco do Nordeste abriu uma linha de crédito para a apicultura onde eles investiram nove bilhões de reais e financiou projetos em vários

lugares no Piauí tanto em cooperativas como em associações isso ajudou também a desenvolver a atividade apícola e também a cultura cooperativista porque só liberava o projeto via cooperativa porque as pessoas se organizaram em cooperativa só com o objetivo de pegar projeto em banco ir trabalhar com as abelhas (Entrevistado C).

Pode-se perceber nos dois trechos anteriores que em Picos, até então não havia a existência de cooperativas influenciadas por outros agentes, pois a sua existência passa a ser percebida nesse processo através da intervenção do Banco do Nordeste, diferenciando-se do que aconteceu na região de Santa Catarina, onde as experiências cooperativistas foram influenciadas por um grupo de trabalhadores organizados, inspirados nos ideais fourierista e do francês François Marie Charles Fourier (FARIA, 2011). Outra experiência que também não retrata o Cooperativismo em Picos são aquelas influenciadas pela a igreja, como aponta Souza, (2009) quando destaca a influencia das primeiras reduções jesuíticas como iniciativa relevante neste processo.

Essa realidade de utilizar-se do cooperativismo e das cooperativas como uma fonte para atrair benefício próprio e vantagem competitiva no mercado foi uma característica marcante e que tem perpetuado no Brasil. Um exemplo disso foi à promoção de cooperativas de beneficiamento e comercialização do algodão no Estado da Paraíba na década de 70, onde não evoluiu na perspectiva de mudança social, mas, somente como uma forma de atrair uma boa comercialização no mercado (RIOS, 1989).

Assim, esse processo de consolidação do cooperativismo em Picos como movimento a partir desses estímulos, não atraiu apenas aquelas pessoas que estavam interessadas em se inserir no movimento, mais também aquelas que não sabiam ou pouco sabiam do que se tratava, importando apenas a obtenção de financiamentos com o Banco para melhorar suas condições no mercado, conforme aponta os trechos a seguir:

Nesse período, na década de 90 tudo o que era comunidade criavam associação e a visão que se tinha naquela época, eu ainda era adolescente, é que a cooperativa é como se fosse uma empresa que através daquela associação cooperativa aquele grupo ia receber projeto, ia receber recurso, ia comprar carro, caminhão, trator, para os sócios produzirem (Entrevistado B).

Nesse mesmo sentido, a partir do trecho abaixo pode-se perceber esse sentimento de apropriação e de busca por maiores benefícios por parte das pessoas em relação ao movimento cooperativista em Picos.

As pessoas se organizaram em cooperativa só com o objetivo de pegar projeto em banco e não tinham nenhum conhecimento do que era uma cooperativa. Até 95 o banco dava o dinheiro para o produtor e ele comprava suas colmeias para trabalhar. Após 95 devido a muitos problemas que já estavam acontecendo aí o banco liberava o recurso e o produtor trazia a nota fiscal e o banco pagava ao fornecedor, e aí aquelas que estavam no projeto pelo dinheiro se afastavam, por isso muitas das cooperativas fechavam as portas e as pessoas caíram fora (Entrevistado C).

Diante desse depoimento, pode-se notar que as pessoas dessa região não estavam interessadas em fazer parte do movimento e da organização cooperativa, levando em conta seu verdadeiro sentido de mudança social e de modelo alternativo, conforme aponta Namorado (2009).

Uma das primeiras experiências que se destaca na microrregião de Picos é a existência da Cooperativa Mista de Sussuapara – COMASUL, considerada como sendo a fundante deste processo e a percussora do movimento cooperativista em Picos, onde é referência na região, pois se destaca quanto à produção e beneficiamento de vários produtos, como aponta o trecho a baixo:

Ao chegar em Picos como colaborador do SEBRAE em 1985 já existia uma cooperativa chamada COMASUL, que era uma cooperativa agroindustrial que funcionava ali ao lado da igreja do Coração de Jesus, uma cooperativa muito grande. Nessa época Picos era o celeiro do alho, cebola, do algodão, produziam ainda o pó da carnaúba, o arroz o feijão e essa cooperativa funcionou até um certo tempo muito bom (Entrevistado A).

A prática cooperativista na região de Picos foi estimulada pelo Estado por meio da iniciativa do Banco do Nordeste através de um programa que exigia a condição de ser cooperado para conseguir o financiamento. Pode-se identificar que a COMASUL, também teve influência, por meio da EMATER e técnicos especializados, que na época ofereceram treinamento aos associados com o objetivo de orientá-los em relação ao cooperativismo e ao funcionamento interno das cooperativas, como apontado a seguir:

A Cooperativa Mista Agrícola de Sussuapara foi fundada por volta da década de 1970 sendo a primeira cooperativa desta região, com incentivo da EMATER, o sindicato, o próprio governo dava apoio botava técnico para orientar nas bases entendeu dizendo ao pessoal, preparando como se fazia o cooperativismo e dizendo as finalidades, tinham os técnicos preparados naquela época todo preparados para incentivar como que funcionava (Entrevistado D).

Essa experiência incentivou a vida dos trabalhadores naquela região, pois a COMASUL era tida como uma organização bem sucedida e assim, criou no imaginário dos produtores agrícolas Picoense a possibilidade de conseguir uma melhor qualidade de vida e também melhores resultados no que se refere à esfera econômica e social, pois segundo Rios (1989), o cooperativismo tem sido bastante debatido como uma alternativa ao desemprego e à desigualdade social. Nesse sentido, reafirmando esse sentimento, segundo o Entrevistado D, a criação da COMASUL partiu da ideia de “oferecer o bem comum e distribuir renda para os pequenos agricultores, por que as empresas não fazem isso, só explora os pobres”.

4.2 Composição político-ideológica das experiências cooperativistas na microrregião de Picos

Nesta categoria, a partir dos entrevistados percebe-se uma presença muito forte do individualismo nas cooperativas da microrregião de Picos. Essa característica representa um dos maiores obstáculos encontrados pelo movimento cooperativista da região, refletindo, por exemplo, na falta de compreensão dos princípios e valores cooperativistas. Segundo Schneider (2012) e Meinem (2012), esses elementos têm grande relevância na consolidação do cooperativismo. São linhas orientadoras, através das quais as cooperativas levam à prática seus valores, buscando nortear as diretrizes essenciais para o processo de cooperação entre os associados.

Considerando o trecho a seguir pode-se perceber com clareza a forte presença do individualismo nas experiências cooperativas da microrregião de Picos.

A questão cultural aqui na região nossa, o Piauí como um todo é egoísta e aí como vamos trabalhar em grupo as pessoas tem que ter a ideia de sair do eu em direção ao nós e o coletivo não é fácil e eu acho que é um dos entraves das cooperativas no Piauí e na região nossa, as pessoas não querem sair do eu em direção ao nós (Entrevistado F).

Contudo, diferente do relatado pelo Entrevistado F, analisando o cooperativismo a partir da Economia Solidária, que se trata de um movimento democrático que inclui a participação efetiva dos indivíduos levando em conta a cooperação e a ajuda mútua, pode-se perceber que em Picos a sua realidade não se aproxima dessa lógica, uma vez que o relato demonstra com nitidez a dificuldade de interação coletiva (RIOS, 1989; SENAES, 2006 apud WELLEN, 2012).

Desse modo pode-se notar mais uma vez a contradição existente entre a ideologia do movimento e os elementos que retratam o distanciamento da prática cooperativista nessa região.

O desdobramento do processo é que se mostra desafiador porque na medida em que o processo de educação ou de implementação dessa ideia de cooperativismo vai sendo efetivada vão surgindo os interesses pessoais, daqueles que estão dentro do grupo e ao lado dos interesses pessoais surgem também questões em torno do poder de quem manda mais, de quem coordena mais, de quem pode usar carros da cooperativa, maquinários da cooperativa a quem se presta conta (Entrevistado G).

Somando-se essa análise com a da categoria anterior, em que o principal fomentador do cooperativismo em Picos foi o Estado através da política do governo federal, percebe-se que existe uma relação entre a situação política ideológica do cooperativismo de Picos e sua origem, com o que argumenta Rios (1989) e Oliveira (2011), quando afirmam que o Estado tem uma importância significativa na desvirtuação do movimento cooperativista, incentivando a criação de associações e cooperativas apenas como forma de inibir os movimentos agrários nessas comunidades, sem conter a preocupação de implantar um modelo de reestruturação, que favoreça todas as classes.

O que as pessoas estavam buscando de um modo geral, era justamente um retorno econômico e financeiro, de forma que conseguissem o acesso à renda e as vantagens de mercado, sem preocupar-se em promover uma mudança na estrutura existente que viesse a favorecer o bem estar de todas as classes. Essa colocação vai de conformidade com o que

aponta o Entrevistado B, quando diz na sua avaliação que “as experiências cooperativistas foram frustradas, pois fizeram as cooperativas de forma equivocada, olhando a partir do financeiro, econômico e não do trabalho cooperativo e solidário”.

Como se pode perceber o cooperativismo em Picos segue a lógica da abordagem pragmática ou técnico-econômica, uma vez que esta se aproxima da lógica capitalista de mercado e de um modelo de organização considerado uma forma clara de adaptação a este sistema. Entretanto, as cooperativas desse perfil em vez de serem vistas como elementos de mudança social se tornam empresas que visam meramente à segurança econômica e a credibilidade financeira para seus associados (ZWICK, 2011).

Apesar de fundamentalmente pautado na abordagem pragmática ou técnico-econômica, percebeu-se a partir da fala de um dos entrevistados, elementos característicos da abordagem rochdaleana ou social-reformista no cooperativismo da microrregião de Picos, conforme citado a seguir:

O governo tem procurado fomentar essa outra política que é a economia solidária e o que é essa economia solidária, tem o objetivo de trabalhar com as pessoas em grupo, mas não tem só sua função econômica tem também sua função social, apesar de que se tem o sistema capitalista que agente não pode fugir dele. Mas as cooperativas dentro do sistema capitalista num tem jeito a pressão é grande né e nós temos que ter foco econômico e foco social pra poder trabalhar (Entrevistado C).

Segundo Rios (1989) e Zwick, Pereira e Teixeira (2012) a abordagem rochdaleana ou social-reformista, propõe uma mudança social, buscando reduzir os problemas sociais, reorganizando a sociedade mediante a construção de um modelo alternativo ao capitalismo. Nesse sentido, o depoimento anterior apresenta uma crítica à sociedade quando fala da economia solidária como uma ideia de prática alternativa, porém ao mesmo tempo não traz uma ideia de mudança na sociedade e no sistema existente.

4.3 Situação econômica e social das experiências cooperativistas em Picos

Em relação à situação social das experiências cooperativistas em Picos, pode-se perceber que teve um avanço positivo neste aspecto, pois desde a construção da COMASUL, o cooperativismo vem se apresentando como uma forma de fixar o nordestino no Piauí, pois existem pessoas de vários municípios da região que encontram nas cooperativas uma fonte de renda alternativa, não sendo necessário migrar para outras regiões do país em busca de melhores condições de vida.

Assim, o desenvolvimento das cooperativas na microrregião de Picos tem sua importância social no fato de inserir as pessoas que antes não estavam inseridas no mercado de trabalho e também de oferecer uma forma de garantir sua sustentação econômica e financeira, partindo do pressuposto de evitar a migração em busca de melhores condições de vida.

Nesse sentido, segundo o Entrevistado C, “a vida vai gerando oportunidades, pois antes o nordestino costumava ir embora para outra cidade em busca de melhor qualidade de vida, como muitos tios e amigos meus foram até tem vontade de voltar”. Essa afirmação vai de conformidade com o que aponta Rios (1989) e Wellen (2012), ao destacarem que o

cooperativismo e a Economia Solidária representam uma boa oportunidade para aquelas pessoas que se encontram necessitadas e marginalizadas do mercado e da sociedade.

Outro elemento importante dessa categoria é a esfera socioeconômica das cooperativas e a sua desenvoltura econômica e financeira no mercado. A partir das entrevistas foi possível perceber que aquelas cooperativas que se organizaram e procuraram se fortalecer conjuntamente prosperaram, conquistando uma boa localização no mercado. Segundo o Entrevistado C “as cooperativas que mais se destacam no mercado e estão numa boa situação financeira é a CASA APIS, CAMPIL, COAPI, COMAVEG e COCAJUP”.

As demais cooperativas que não se fortaleceram e continuam passando por maiores dificuldades e se encontram nessa situação justamente devido ao isolamento e ao individualismo, como detectado nas falas apresentadas, gerando a falta de informação e de gerenciamento dentro das cooperativas, o que afeta diretamente o processo de vendas e comercialização, como se pode perceber mediante o trecho a seguir:

A cooperativa é uma saída para escoar a produção e como eu falei pra vocês o Banco do Nordeste investiu muito na área da apicultura via cooperativa mas criou umas cooperativas fragilizadas que não tinham muita cooperação, não tinha plano de negócio, num tinham um plano de marketing, não tinham nem uma estrutura para funcionar. É como se funcionasse na raça, e muitas cooperativas não evoluíram por não saberem se organizar em cooperativa e por terem priorizado o retorno imediato (Entrevistado C).

Contudo, um elemento que foi central e que teve uma repercussão financeira positiva no mercado, se refere mais especificamente às cooperativas apícolas da região, podendo verificar logo abaixo.

Em 2002 o Brasil começou exportar com a saída da China e da Argentina do mercado mundial que é os dois maiores produtores do mundo e com a falta de mel no mercado começaram a procurar mel em todos os lugares inclusive no Brasil, e começaram exportar o mel saiu de 0,20 centavos o quilograma para R\$7,20 o quilograma uma subida meteórica né (Entrevistado C).

Com isso, percebe-se que dentre a variedade de cooperativas apontadas por Rios (1989), em Picos se insere basicamente aquelas do tipo de serviços agrícolas, uma vez que promove o beneficiamento e a estocagem dos produtos como mel e caju tornando uma vantagem mercadológica para os associados, pois antes fora das cooperativas estes produtores não conseguiam cultivar e agregar valor aos seus produtos.

As cooperativas de serviços agrícolas são as mais conhecidas no Brasil e no mundo pelo fato de comportar vários tipos de serviços como compras, crédito, comercialização, tendo como objetivo melhorar as condições do empreendimento e aumentar a renda de seus membros (RIOS, 1989; CORDEIRO, 2011; SILVA, 2009).

4.4 Articulação entre as cooperativas da microrregião de Picos e destas com os movimentos sociais organizados

Diferente do que aponta Rios (1989), em Picos o cooperativismo não se desenvolveu numa perspectiva de movimento social, partindo do pressuposto de construir outra sociedade com uma nova estrutura econômica e social diferente da atual.

Pode - se perceber que o cooperativismo de Picos não teve tanta influência do movimento sindical como SINTE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores, apesar de Faria, (2011), relatar que no Brasil o cooperativismo vem sendo majoritariamente fomentado e desenvolvido por instituições que possuem um histórico de luta em defesa da ruptura com a lógica da produção capitalista.

A partir da fala do Entrevistado H observa-se uma vaga relação entre a entidade e o movimento social, quando ele afirma apenas que: “existem uns fóruns em que a gente discute melhorias e busca recursos para as entidades cooperativas e associações”.

Mais uma colocação que reforça essa realidade de afastamento entre os movimentos sociais e o cooperativismo em Picos, refere-se à fala do Entrevistado B quando afirma não ter conhecimento sobre o tema: “nunca acompanhei de perto as questões que envolvem o cooperativismo, mesmo participando de grupos da igreja e de sindicatos”.

Com a Igreja também não foi diferente, se desenvolveu de maneira frágil, na perspectiva de promover a esperança e de formar as lideranças dentro do processo. Segundo Rios (1989), a igreja por meio do seu próprio papel de organizar as pessoas e a comunidade através da pastoral da terra tem a finalidade de defendê-la por meio de práticas cooperativistas que também possibilitaram um estímulo ao movimento.

Paralelamente a análise anterior, conforme um dos entrevistados a diocese de Picos por meio da Igreja tinha uma preocupação com o social, objetivando promover a defesa do bem comum e a igualdade na comunidade. Essa colocação aproxima-se um pouco do cooperativismo como movimento social na expectativa de melhorar em partes os problemas sociais.

A Diocese que agora está fazendo 40 anos desde o princípio na ação pastoral, na ação formativa, educativa, sempre esteve presente esta preocupação com a cidadania com a transformação social com a promoção humana e a mudança da sociedade, então desde o início a Diocese teve essa preocupação de incrementar experiências de cooperativismo (Entrevistado G).

Assim, pode-se perceber que diferentemente do que aponta Faria M., (2011), quando afirma que as experiências cooperativistas se caracterizaram pela reabertura de fábricas falidas sob o controle cooperativo como forma de reduzir o desemprego decorrente das mudanças estruturais ocorridas na economia mundial, em Picos essa experiência se consolidou a partir de incentivos do Estado por meio de programas do governo afetando diretamente no sentimento e nas decisões do produtor Picoense em se inserir na cooperativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se perceber que o cooperativismo em Picos se caracteriza politicamente por não apresentar uma crítica concisa a sociedade na tentativa de promover uma mudança social, uma vez que a sua efetivação enquanto movimento se deu a partir da intervenção e do estímulo do Estado, através das políticas do governo que incentivaram a participação dos produtores em cooperativas por meio de programas de financiamento do Banco do Nordeste.

Logo, pôde-se observar que socialmente o Cooperativismo teve uma importância relativa na sociedade, pois o seu desdobramento está ligado ao desenvolvimento econômico e social de pequenos agricultores, tendo pouca influência dos movimentos sociais organizados, uma vez que o seu principal fomentador foi o Estado e este não tem como perspectiva abraçar o movimento como estratégia de mudança social na busca de uma nova estrutura diferente da capitalista. A sua finalidade consiste basicamente na desvirtuação do movimento cooperativista, sem nenhuma preocupação de implantar um modelo de reestruturação, que favoreça todas as classes.

Contudo, o cooperativismo presente na microrregião de Picos possui uma baixa capacidade de mudança na sociedade o que representa de certa forma uma desvirtuação em relação a sua origem, trazendo no seu bojo uma forte influência da lógica capitalista e uma preocupação limitada com uma possível mudança na sociedade, como aponta a ideia fundante do cooperativismo. Essa realidade aproxima-se então da abordagem pragmática ou técnico-econômica com forte característica do individualismo devido à pequena formação e compreensão do movimento por parte da comunidade em geral, justamente pelo fato do cooperativismo Picoense ter como principal estimulador o Estado.

Ainda, como reflexo desta abordagem que se configura em um modelo de cooperativas semelhante à empresa privada, pois visa meramente à segurança econômica e a credibilidade financeira de seus associados, notou-se também através do individualismo o interesse dos trabalhadores produtores localizados na região em se inserir nas cooperativas, apenas para agregar valor ao seu produto e, com isso adquirir vantagem competitiva de mercado, tendo a oportunidade de valorizar o seu comércio, uma vez que isolados, fora da cooperativa não conseguiriam.

Em relação à situação econômica e financeira das cooperativas, percebeu-se diante das referências utilizadas dos entrevistados e mediante o processo percorrido, incluindo fragilidades e limitações, que apenas cinco delas estão localizadas numa boa colocação em nível de mercado, e as demais, encontram-se endividadas e com problemas financeiros, devido aos mais diversos gêneros como já apontado, individualismo, maiores informações de gerenciamento de capital e de marketing.

Essa pesquisa permite concluir que o cooperativismo em Picos e na sua microrregião, assim como no Brasil não se caracterizou partindo da perspectiva de um possível rompimento com o sistema capitalista, acarretando uma preocupação limitada em relação a uma possível mudança social e assim permanecendo com a crescente característica conservadora, uma vez que a sua consolidação enquanto movimento partiu de iniciativas do Estado por meio das políticas do governo, distanciando-se da proposta do cooperativismo como movimento social e a sua estratégia de luta de classe.

Cabe ressaltar que o presente estudo de caso não teve como pretensão generalizar os resultados encontrados, uma vez que a análise realizada não se estendeu para outras regiões e cultura distantes. A intenção foi verificar e alertar quanto aos aspectos e características do movimento cooperativista presente na microrregião de Picos. Contudo, como sugestão para pesquisas posteriores seria interessante uma observação mais abrangente sobre o tema, incluindo a cultura de outras regiões, e assim obter uma maior compreensão sobre a caracterização do cooperativismo no Brasil e no Nordeste.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, E. R. A. **No limite da precarização?** Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. 2003. 238 f. Dissertação (Mestrado apresentado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.
- AZEVEDO, A.B. A. **Autogestão e competitividade. Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas.** Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007.
- BAPTISTA, L. L. **A qualidade de vida no trabalho na fronteira entre autogestão e heterogestão:** Um estudo de caso qualitativo na cooperativa cotravic. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CORDEIRO, S. M. **O papel das cooperativas de trabalho no contexto das transformações da sociedade brasileira:** um estudo de caso no município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2011.
- CRUZIO, H. O. Organização e administração de cooperativas, **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 33, v. 2, p. 39-58, 1999.
- ENGELS, F. **Do Socialismo utópico ao científico.** 1880. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/engels_socialismo_utopico.pdf>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2015.
- FARIA, J. H. **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2007.
- FARIA, J. H. **Economia Política do poder.** Curitiba: Juruá, 2011.
- FARIA, M. S. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital.** Florianópolis: Em Debate, 2011.
- FREITAS, A. F. Empreendimentos induzidos por políticas públicas: reflexões a partir Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) em Minas Gerais. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 12, n. 2, p. 255-265, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JESUS, P.; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, J. C. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?** Porto Alegre, 2010.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Londres: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MEINEM, Ê. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília: CONFEBRAS, 2012.

MORAIS, E. E. et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil, **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, 2011.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NAMORADO, R. Cooperativismo. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

OLIVEIRA, R. S. **Entre o estado, o mercado e a reprodução Social: organização dos pequenos produtores do polo irrigado de Petrolina/ Juazeiro**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) São Cristóvão - SE, 2011.

Organização das Cooperativas-OCB. **Cooperativismo brasileiro**. São Paulo, 2004.

PAIVA, M. R. G.; BORGES, V. A. G.; BEZERRA, D. M. **Teletrabalho e Subjetividade: “Do controle exercido ao controle percebido”**. 2013. 25 F. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIOS, G. S. L. **O que é Cooperativismo.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, M. L. S. **As cooperativas de trabalho e a terceirização:** alternativas para a ampliação do mercado formal. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) Caxias do Sul, 2006.

SCHNEIDER, J. O. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.2, p. 251-273, 2012.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo-SESCOOP/PI. **Cooperativismo Piauiense.** 5ª ed. Teresina: Composição, Arte, Fotolito e Impressão, 2004.

SILVA, M. C. **Cooperativismo no Brasil:** Um estudo comparativo de três perspectivas com ênfase na região Florianópolis. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Biguaçu - SC, 2009.

SILVA, R. M. F. **A atuação da CUT no processo de expansão do cooperativismo no Brasil:** construção de uma estratégia de enfrentamento ao capital ou uma alternativa ao desemprego? 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Fortaleza - CE, 2012.

SILVA, D. L. S.; BEZERRA, N. V. S.; BEZERRA, D. M. **Cooperativismo:** da Origem à Prática Atual. 2013. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2013.

SOUZA, J. A. **O trabalho associado em Karl Marx:** Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária.** 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ZAAR, M. H. Dos Socialismos Utópico e Revolucionário à Economia Solidária. **Mercator**, v. 12, n. 2, p. 153-167, Fortaleza, 2013.

ZWICK, E. **Fundamentos teóricos de gestão de cooperativas**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG, 2011.

ZWICK, E; PEREIRA, R. J; TEIXEIRA, M. P. R. **Gestão de Cooperativas: uma Análise a partir das Derivações Teóricas do Pensamento Utópico**. VI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 21., 2012, São Paulo. Anais. São Paulo, 2012.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas

- 1- Fale sobre a origem das diversas experiências cooperativistas na microrregião de Picos.
- 2- Discorra sobre a composição Politico-ideológica das experiências cooperativistas da microrregião de Picos
- 3 - Fale sobre a atual situação econômica e social das experiências cooperativistas da microrregião de PICOS.
- 4- Discorra sobre o grau de articulação entre as cooperativas da microrregião e destas com movimento sociais organizado.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 () Monografia
 (X) Artigo

Eu, Bárbara Beatriz de Sousa e Vânia Araújo dos Anjos Bezerra
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Experiências Cooperativistas Presentes na menor
região de Picos / PI.
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 31 de Janeiro de 2015

Bárbara Beatriz de Sousa
Assinatura

Vânia Araújo dos Anjos Bezerra
Assinatura